

TERMO DE COMPROMISSO Nº 231/2022

Origem: Processo GAIA nº 10109201747077; AIA nº: 8004/D

O **INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE - IMA**, pessoa jurídica de direito público, com sede e foro na Capital do Estado de Santa Catarina, com jurisdição em todo o território catarinense, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.256.545/0001-90, sito a Av. Mauro Ramos, nº 428, Centro, Florianópolis (SC), neste ato representada pelo seu Autoridade Ambiental Fiscalizadora Frankie Luis Marin, brasileiro, casado, portador do RG nº 4.211.776 e CPF/MF de nº 030.557.239-37, residente e domiciliado no município de Blumenau (SC) doravante denominado IMA e, de outro lado, **Município De Indaial** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com residência na cidade de Indaial, nos termos do art. 87 da Lei 14.675/2009 – Código Estadual do Meio Ambiente, firmam o presente TERMO DE COMPROMISSO fundado nas cláusulas que seguem.

CONSIDERANDO a ação fiscalizatória ocorrida em 07/06/2017, que resultou no Auto de Infração número 8004-D, em face de Município De Indaial, pelos seguintes fatos:

Descrição do AIA 8004-D: CONSTRUIR, INSTALAR E FAZER FUNCIONAR ATIVIDADE, OBRA OU SERVIÇO UTILIZADORES DE RECURSOS AMBIENTAIS, CONSIDERADOS EFETIVA OU POTENCIALMENTE POLUIDORES, EM DESACORDO COM A LICENÇA OBTIDA OU CONTRARIANDO AS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTOS PERTINENTES, EM ESPECIAL, DEIXAR DE ATENDER AS CONDICIONANTES ESTABELECIDAS NAS LICENÇAS AMBIENTAIS. VALORAÇÃO CONFORME PORTARIA N. 170/2013/GABP-FATMA/BPMA-SC. NENHUM AGRAVANTE OU ATENUANTE CONSIDERADO. FOI CONSIDERADO GRAU DE LESIVIDADE LEVE II E CONDIÇÃO FINANCEIRA COMO MÉDIO INFRATOR. PROCESSO LICENCIAMENTO REC/10415/CVI.

CONSIDERANDO que foi apresentada pelo autuado, em 11/07/2022 sob protocolo SGP-e IMA IMA 31842/2022, proposta para firmar o presente TERMO DE COMPROMISSO;

CONSIDERANDO a função sócio-ambiental da propriedade prevista nos artigos 5º, inciso XXIII, 170, inciso VI, 182, § 2º, 186, inciso II e 225, todos da Constituição da República;

CONSIDERANDO os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente e, uma das finalidades do Instituto do Meio Ambiente – IMA que buscam a compatibilização da preservação ambiental com o desenvolvimento econômico e, que o valor da multa pode ser convertido em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente;

CONSIDERANDO tratar-se o IMA de autarquia pública estadual, responsável pelo licenciamento de atividades potencialmente poluidoras e pela proteção e conservação do Meio Ambiente;

CONSIDERANDO que em caso de descumprimento do Compromisso de Ajustamento, pela compromissária, caberá o ajuizamento de ação de execução para busca da satisfação das obrigações previstas no Termo;

CONSIDERANDO, enfim, as funções institucionais do IMA, dentre as quais se encontra a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses relacionados à preservação do meio ambiente, podendo subscrever, para tanto, com os interessados, Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta, conforme previsto no art. § 6º do artigo 5º da Lei nº 7.347/85 e na Portaria Conjunta IMA/CPMA Nº 143/2019.

CONSIDERANDO a disponibilidade da autuada para atender às medidas sugeridas por este órgão ambiental.

CONSIDERANDO o exposto na Informação Técnica nº 247/2022/IMA/CVI.

CONSIDERANDO análise de imagens de satélite da área alvo do AIA nº 8004-D e a observação de que a recuperação natural não será suficiente para regeneração completa da área.

RESOLVEM

Celebrar o presente Termo de Compromisso mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Compromisso tem por objeto a conversão da multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DAS PARTES

I – DO IMA:

- a) Orientar e supervisionar a execução da ação do objeto deste TERMO;
- b) Suspender a exigibilidade da multa aplicada com a assinatura deste Termo de Compromisso.

II – DA COMPROMISSÁRIA:

- a) A conversão da multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente será realizada em conformidade com o art. 142-A, inciso I do Decreto Federal Nº 6.514/08;
- b) Em conformidade com o art. 140, inciso I e III do Decreto Federal Nº 6.514/08, serão realizados os seguintes serviços:
 - 1) Realizar o plantio de espécies arbóreas nativas nas porções de vegetação menos Adensadas e integrar a área no PRA - Programa de Regularização Ambiental de Santa Catarina;
 - 2) A manutenção de rotinas anuais de orientação sobre desinfecção e tratamento de águas aos moradores do entorno que consomem água de poço;
 - 3) A apresentação de análises de água subterrânea e de solo, por um período de dois anos, com análises semestrais e entrega anual ao IMA. Deverá ser realizada amostra a montante e a jusante do antigo local de disposição de resíduos/lixo, tanto para solo quanto para água subterrânea. Os parâmetros de monitoramento podem ser parcialmente os que foram apresentados no protocolo SGPe IMA 12234/2022, devendo incluir os parâmetros de ferro e manganês na amostragem de solo e excluir os parâmetros orgânicos (hidrocarbonetos, benzenos, etenos, fenóis) nas amostragens de solo e água subterrânea;
 - c) O valor do investimento previsto para a execução dos serviços, as metas a serem atingidas, o plano de trabalho e o cronograma físico-financeiro de implementação do projeto constarão, obrigatoriamente, em anexo deste Termo de Compromisso;
 - d) Fazer cessar, corrigir e/ou recuperar o dano ambiental decorrente da infração objeto do Auto de

Infração Ambiental, conforme o caso, de acordo com o §1º do art. 143 do Decreto Federal Nº 6.514/08, apresentando projeto a ser aprovado pelo IMA, caso necessário;

e) A compromissária expressamente renuncia o direito de recorrer administrativamente, nos termos do §4º do art. 146 do Decreto Federal Nº 6.514/08 e art. 132, § 4º da Portaria Conjunta IMA/CPMA nº 143/2019. Os efeitos da renúncia continuam vigorando mesmo no caso de rescisão do presente Termo de Compromisso.

Para execução das medidas terá o COMPROMISSÁRIO os prazos de:

- 1) 35 (trinta) dias, após aprovação do termo de compromisso, para protocolar junto aos autos: a) Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD, prevendo o monitoramento semestral durante 1 ano e; b) comprovante de requerimento junto ao Programa de Regularização Ambiental - PRA.
- 2) 45 (quarenta e cinco) dias para realizar rotinas de orientação sobre desinfecção e tratamento de águas aos moradores do entorno que consomem água de poço, conjuntamente com a Secretaria de Saúde, setor de Vigilância Sanitária, durante 2 anos.
- 3) 90 dias para contratação de empresa especializada para realizar análise e emissão de laudos de água subterrânea e solo conforme exposto acima.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA MULTA/CONVERSÃO

a) Após o deferimento da conversão da multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, será aplicado ao valor da multa consolidada o desconto de 40% (quarenta por cento), em conformidade com a hipótese prevista no inciso I do art. 142-A do Decreto Federal Nº 6.514/08;

b) O valor resultante do desconto não poderá ser inferior ao valor mínimo legal aplicável à infração;

c) O valor dos custos dos serviços de preservação, conservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente será igual ou superior ao valor da multa convertida.

CLÁUSULA QUARTA - DAS PENALIDADES

a) No caso de rescisão, ou na hipótese do inadimplemento do pagamento da compensação ambiental, as licenças ambientais emitidas serão automaticamente suspensas;

b) Da inadimplência parcial ou total de alguma das cláusulas deste Termo de Compromisso será aplicado multa diária no valor de R\$ 60.000,00 incidente a partir do término do prazo assinado sem o devido cumprimento;

c) O Compromissário expressamente renuncia a defesa ou recurso administrativo em relação à compensação ambiental devida, bem como a interposição de medida ou ação judicial de qualquer espécie, em face das cláusulas estabelecidas no presente Termo de Compromisso, bem como, em relação às penas decorrentes da inadimplência. Os efeitos da renúncia continuam vigorando mesmo no caso de rescisão do presente;

d) O IMA poderá suspender os efeitos do presente Termo de Compromisso em caso fortuito, força maior ou por determinação judicial;

e) A celebração do presente Termo de Compromisso não impede a aplicação de quaisquer sanções administrativas, civis, penais e judiciais frente a futuro descumprimento pela Compromissária das normas ambientais vigentes;

f) No caso de rescisão, ou na hipótese de interrupção do cumprimento da conversão da multa simples em

serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, por decisão da autoridade ambiental ou por culpa do infrator, o valor da multa atualizada monetariamente deverá ser pago integralmente pela compromissária.

CLÁUSULA QUINTA - DA VALIDADE E PUBLICAÇÃO

- a) O presente termo entra em vigor na data da sua assinatura e terá validade de 6 (seis) meses.
- b) Sob pena de ineficácia, a Compromissária deverá publicar no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a homologação do presente, Extrato, conforme modelo fornecido pelo IMA, às expensas da Compromissária.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO E DISPOSIÇÕES FINAIS

Eventuais litígios oriundos dos termos do presente instrumento serão dirimidos no Foro da Comarca da Capital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiados que seja.

O IMA não arcará com qualquer ônus financeiro decorrente da assinatura do presente Termo de Compromisso, nem poderá ser responsabilizada na hipótese de inadimplência pelo compromissado.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produzam, entre si, os legítimos efeitos de direito.

Blumenau, 25 de outubro de 2022

Frankie Luis Marin
Autoridade Ambiental Fiscalizadora

Município De Indaial
CNPJ: 83.102.798/0001-00

Testemunha 01: _____
Nome:
RG:

Testemunha 02: _____
Nome:
RG:

Modelo de Publicação do Extrato do Termo de Compromisso no Diário Oficial do Estado

Extrato do Termo de Compromisso nº. 231/2022 - IMA Município De Indaial, CNPJ: 83.102.798/0001-00, informa que celebrou Termo de Compromisso com o Instituto do Meio Ambiente – IMA, em 25 de outubro de 2022, tendo por objeto a conversão da multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, nos termos do disposto no artigo 140, inciso I e III do Decreto Federal 6.514/08.